

SOL MS PARANAIBA S.A

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e relatório dos auditores
independentes**

Relatório da Administração 2022	4
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balancos patrimoniais.....	9
Demonstração dos resultados	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	12
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas	13
1. Contexto, base de preparação e outras informações	13
1.1 Informações gerais	13
1.2 Base de preparação e políticas contábeis	14
1.3 Base de mensuração	14
1.4 Moeda funcional e moeda de apresentação	15
2. Estimativas críticas e riscos.....	15
2.1 Estimativas críticas e julgamentos	15
2.2 Gerenciamento de riscos	16
2.2.1 Risco de crédito.....	16
2.2.2 Risco de liquidez.....	16
2.2.3 Risco de mercado.....	17
2.2.4 Risco cambial.....	17
2.2.5 Risco operacional	17
3. Principais práticas contábeis adotadas.....	17
3.1 Caixa e equivalentes de caixa.....	17
3.2 Imobilizado	18
3.2.1 Reconhecimento e mensuração.....	18
3.2.2 Custos subsequentes.....	18
3.2.3 Depreciação	18
3.3 Intangível	18
3.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”).....	19
3.4.1 Ativo financeiros (incluindo recebíveis)	19
3.4.2 Ativo não financeiros.....	19
3.5 Provisões	19
3.6 Reconhecimento de receita	20
3.6.1 Receitas operacional	20
3.6.2 Receitas financeiras.....	20
3.7 Tributação.....	20
3.7.1 Imposto de renda e contribuição social	20
3.7.2 Tributos sobre o lucro	20
3.8 Instrumentos financeiros.....	21
3.9 Passivo de arrendamentos	21
3.10 Novas normas e interpretações ainda não efetivas.....	22

4. Principais informações financeiras.....	22
4.1 Ativos e passivos financeiros	23
4.1.1 Instrumentos financeiros por categoria.....	23
4.1.2 Caixa e equivalentes de caixa	23
4.1.3 Impostos a recuperar.....	24
4.1.4 Fornecedores.....	24
4.1.5 Passivo de arrendamentos	12
4.2 Ativos e passivos não financeiros.....	12
4.2.1 Imobilizado.....	12
4.2.2 Intangível	12
4.2.3 Tributos a recolher	12
4.3 Patrimônio Líquido	13
4.3.1 Capital Social.....	13
4.3.2 Destinação dos lucros.....	15
4.3.3 Reserva legal.....	15
4.3.4 Reserva de Retenção de lucros	15
4.4 Resultado do exercício.....	15
4.4.1 Despesas administrativas e gerais	15
4.4.2 Resultado financeiro líquido.....	15
5. Outras Informações	12
5.1 Transações com partes relacionadas	12
6. Eventos subsequentes	12
6.1 Integralização de AFAC.....	12

Relatório da Administração 2022

Prezados,

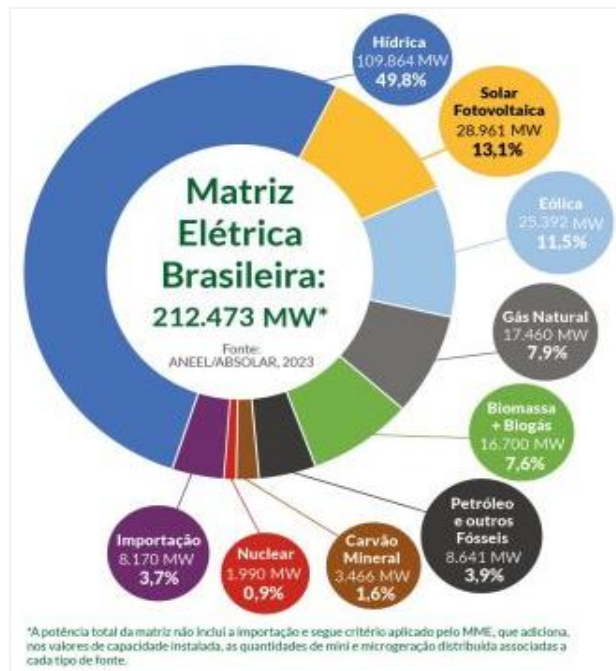
A SOL MS Paranaíba S.A. (“Companhia” ou “Paranaíba”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras e o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Geração Distribuída no Brasil

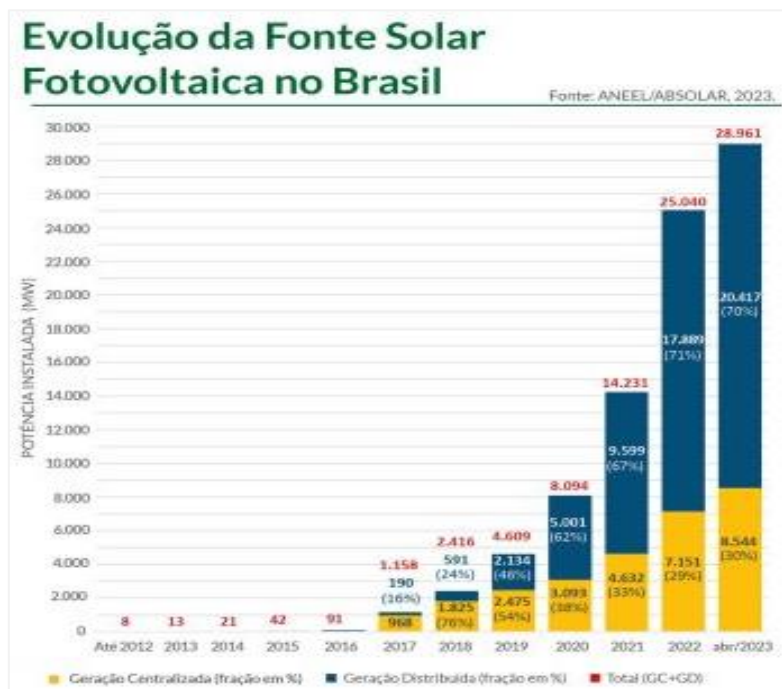
A história da geração distribuída (GD) solar fotovoltaica no Brasil teve início com a resolução REN 482/2012 da ANEEL, que permite aos indivíduos e a quaisquer entidades jurídicas gerar sua própria eletricidade no local da unidade consumidora, por meio de um sistema de compensação de energia conhecido como *net-metering*, no qual cada um kWh exportado para a rede gera um crédito de um kWh.

Apesar de estarem presentes dentro do universo da geração de energia elétrica, existem algumas diferenças entre Geração Centralizada e Geração Distribuída. De forma bem simples, um modelo de geração centralizada conta com poucas unidades geradoras produzindo energia para muitas pessoas. A eletricidade é levada por cabos de transmissão maiores, mais altos e com alta tensão, até as redes de distribuição, que são os cabos de energia dos postes. A geração distribuída de energia, é um modelo em que várias unidades geradoras de menor porte abastecem a rede onde, na maioria dos casos, elas se conectam diretamente com às linhas de distribuição.

De acordo com dados da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), o Brasil ultrapassou 10 GW de potência em 11 anos de geração distribuída, na qual 99,9% do total é proveniente de energia solar fotovoltaica. Adicionalmente, em 2023 a energia solar fotovoltaica conseguiu alcançar o 2º lugar na Matriz Elétrica Brasileira, conforme o gráfico abaixo:



Aliado a este fato, desde 2020, a Geração Distribuída superou a Geração Centralizada, em termos de potência instalada:



Lei 14.300/22

O Marco Legal da Geração Distribuída foi instituído no Brasil através da Lei 14.300 de 6 de janeiro de 2022. Essa legislação estabelece o regramento da micro e minigeração distribuída de energia, modalidade que permite que consumidores produzam a própria eletricidade, a partir de fontes renováveis, e obtenham economia na conta de luz por meio de um sistema de compensação de créditos com a concessionária de distribuição. Com a entrada em vigor desta Lei, projetos de usinas fotovoltaicas que obtiveram parecer de acesso da Distribuidora, após 06 de janeiro de 2023, deixarão de ter a isenção do Fio B, que corresponde a uma das parcelas que compõem a TUSD (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição). O valor do Fio B é responsável por cobrir os custos operacionais de distribuição e remuneração do investidor e será cobrado para usinas menores que 500 kW de maneira escalonada, partindo de 15% em 2023 até chegar em 90% em 2028.

Contextualização Geral

A Paranaíba é uma Sociedade de Propósito Específico (“SPE”) que constituiu um ativo de uma planta geradora de energia solar fotovoltaica, na qual essa energia é uma fonte de energia renovável e limpa que utiliza a radiação solar para gerar eletricidade. Com capacidade instalada de 5,274MWp, a planta possui características para enquadramento na geração distribuída.

Em junho de 2020, a Helexia firmou contrato com a Telefônica/Vivo num contrato total de 57,5 MWp, para atender a demanda de suas unidades consumidoras (“UCs”) de 5 Estados Brasileiros (São Paulo, Paraná, Ceará, Mato Grosso do Sul e Rondônia), através da injeção de energia produzida pela planta na linha da distribuidora, gerando créditos de energia para as UCs, através do Sistema de Compensação de Energia Elétrica, e, conseqüentemente, desconto nas faturas de energia elétrica destas. Devido ao fato da planta geradora não estar no mesmo local físico que as UCs, mas estar num local dentro da área de concessão da distribuidora que atende estas UCs, a modalidade aplicada para a Geração Distribuída, na planta de Paranaíba é de Auto Consumo Remoto.

Mensagem da Administração

Diante da relevância do business de GD e seu futuro promissor, aliado ao fato da parceria estratégica estabelecida com a Telefônica/Vivo, estes corroboram a estratégia da administração em investir recursos na constituição do ativo de Paranaíba que será assegurado por um contrato de 20 anos, gerando fluxos de caixa futuros para o Grupo Helexia no Brasil.

Devido à representatividade do valor de investimento do ativo, a estratégia da Administração é financiar este projeto através da modalidade de Project Finance com bancos de fomento ou bancos comerciais Tier 1, possibilitando o

reinvestimento em outros ativos e potencializando o crescimento do Grupo no Brasil.

Para assegurar a potencialização de geração da planta e captação de radiação solar, as negociações dos equipamentos principais da planta, tais como painéis solares, trackers, inversores e transformadores, foram feitas com fornecedores maduros e reconhecidos no mercado solar, para garantir tecnologia de ponta e eficiência máxima destes equipamentos. Aliado a este fato, os serviços de operação da planta serão conduzidos diariamente e traçadas estratégias de manutenções preventivas e detectivas, junto ao acompanhamento financeiro de sua operação, refletindo positivamente na longevidade operacional da planta.

No projeto Paranaíba, o ano de 2021 foi o ano de conclusão de todos os serviços de desenvolvimento, desde negociação fundiária, obtenção de licenças ambientais, conclusão de conexão à linha da distribuidora, sondagem do terreno, projeto básico e outros, todos necessários para a construção da planta e inicialização desta fase, a companhia entrou em operação em abril de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da

SOL MS PARANAIBA S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SOL MS PARANAIBA S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOL MS PARANAIBA S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa

Contador CRC RJ-100983/O-7

SOL MS PARANAIBA S.A.



Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (não auditado)
Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)	Passivos	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1.2	54	2.960	Fornecedores	4.1.4	1.170	2.481
Contas a receber - Partes relacionadas	5.1	-	17	Contas a pagar - Partes relacionadas	5.1	725	143
Impostos a recuperar	4.1.3	1.661	621	Tributos a recolher	4.2.3	117	6
Outros recebíveis		35	-	Dividendos a pagar - Partes relacionadas	5.1	27	27
				Passivo de arrendamento	4.1.5	45	41
				Adiantamento para futuro aumento de capital	4.3.1	2.651	2.558
Total ativo circulante		1.750	3.598	Total passivo circulante		4.735	5.256
Não circulante				Não Circulante			
Imobilizado	4.2.1	30.325	19.112	Passivo de arrendamentos	4.1.5	1.967	1.888
Intangível	4.2.2	788	821				
Total ativo não circulante		31.113	19.933	Total passivo não circulante		1.967	1.888
				Total do passivo		6.702	7.144
				Patrimônio líquido			
				Capital social	4.3.1	26.191	16.301
				Reserva legal	4.3.3	-	6
				Reserva de retenção de lucros	4.3.4	-	80
				Prejuízo acumulado		(30)	-
				Total do patrimônio líquido		26.161	16.387
Total do ativo		32.863	23.531	Total do passivo e patrimônio líquido		32.863	23.531

SOL MS PARANAIBA S.A.

Demonstração dos resultados



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (não auditado)
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021 (não auditado)</u>
Despesas operacionais	4.4.1		
Despesas administrativas		(240)	(20)
Despesas tributárias		(22)	-
Despesas com viagens		(10)	-
		<u>(272)</u>	<u>(20)</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos			
Receitas financeiras		201	171
Despesas financeiras		(29)	(2)
Despesas financeiras - Partes relacionadas	5.1	(16)	-
		<u>156</u>	<u>169</u>
Resultado financeiro	4.4.2		
		<u>(116)</u>	<u>149</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social	4.2.3	-	(36)
		<u>(116)</u>	<u>113</u>
Lucro/ (Prejuízo) líquido do exercício			

**Demonstração do Resultado
Abrangente**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (não auditado)

Em milhares de reais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021 (não auditado)</u>
Lucro/ (Prejuízo) líquido do exercício	(116)	113
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(116)</u>	<u>113</u>

SOL MS PARANAIBA S.A.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (não auditado)
Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Prejuízo Acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	1	-	-	-	1
Aumento de capital	16.300	-	-	-	16.300
Lucro líquido do exercício	-	-	-	113	113
Constituição de reserva legal	-	6	-	(6)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(27)	(27)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	80	(80)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	16.301	6	80	-	16.387
Integralização de AFAC	9.890	-	-	-	9.890
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(116)	(116)
Compensação de prejuízo com reservas de lucros e legal	-	(6)	(80)	86	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	26.191	-	-	(30)	26.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SOL MS PARANAIBA S.A



Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (não auditado)

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

SOL MS PARANAIBA S.A.



Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais

	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(116)	149
Ajustes em:		
Provisão de juros com mútuos	16	-
	(100)	149
Variações em:	(1.331)	1.989
Contas a receber - Partes relacionadas	17	(17)
Outros ativos	(35)	-
Impostos a recuperar	(1.040)	(621)
Fornecedores	(966)	2.481
Contas a pagar - partes relacionadas	582	140
Tributos a recolher	111	6
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	(1.431)	2.138
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(36)
Pagamento de Juros com mútuos	(16)	-
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	(1.447)	2.102
Fluxo de caixa das atividades de Investimento	(11.294)	(17.977)
Aquisição de imobilizado e intangível	(12.328)	(17.977)
Ressarcimento da seguradora - baixa imobilizado	1.034	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(11.294)	(17.977)
Fluxo de caixa das atividades de Financiamento	9.835	18.834
Aumento de capital	-	16.300
Adiantamento para futuro aumento de capital	93	2.558
Integralização de AFAC	9.890	-
Recebimento de mútuos - principal	700	-
Pagamento de mútuos - principal	(700)	-
Pagamento de arrendamentos	(148)	(24)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	9.835	18.834
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO	(2.906)	2.959
Aumento (diminuição) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa	(2.906)	2.959
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.960	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	54	2.960
Transações que não envolveram caixa:		
Baixa de intangível contra fornecedores	(345)	-
Contratos de arrendamento	123	1.935
Capitalizações de juros e depreciação - direito de uso	188	31

Notas explicativas

1. Contexto, base de preparação e outras informações

1.1 Informações gerais

A SOL MS PARANAIBA S.A. ("Companhia" ou "Paranaíba") é uma sociedade por ações de capital fechado.

A Paranaíba foi constituída em 31 de maio de 2019 e atualmente é controlada diretamente pela Helexia SBH1 S.A. e indiretamente pela Helexia TLFN Holding S.A.

A Companhia tem sua sede na Cidade de Paranaíba, Estado do Mato Grosso do Sul, na Rua Projetada K, Fazenda São Francisco de Assis, s/n, CEP 79500-000, podendo abrir e fechar filiais, sucursais ou estabelecimentos de qualquer natureza, no País ou exterior, mediante autorização da Assembleia Geral.

A Companhia de propósito específico tem por objeto as seguintes atividades: (i) aluguel de outras máquinas e equipamentos que compõem a unidade fotovoltaica; (ii) serviços e performance energética ou economia de energia; (iii) sublocação/sucessão de imóveis de terceiros, onde está sediada; e (iv) manutenção e reparação de máquinas e equipamentos.

A Telefônica Brasil S.A. ("Contratante" ou "Telefônica") é uma companhia do segmento telefônico que desejava ter a posse de uma central geradora de Energia Elétrica com geração distribuída de modo a cumprir os requisitos previstos na Resolução Normativa nº 482/2012 da ANEEL para fazer jus aos benefícios do sistema de compensação de Energia Elétrica. A Contratante organizou um processo denominado "Concurso Telefônica Brasil nº ACM 19079677 – Geração Distribuída Fase II" para contratação de Projetos de Micro e Mini Geração Distribuída e seu Sistema de Compensação, nos termos da RN 482/2012, no modelo de autoconsumo remoto, de forma a obter uma economia percentual em relação à simulação de pagamentos de Energia Elétrica de suas unidades consumidoras atendidas no Mercado Regulado sem a consideração do referido projeto (o "Concurso Telefônica").

A Voltalia Energia do Brasil LTDA ("Contratada" ou "Voltalia") participou do Concurso Telefônica, tendo apresentado proposta para atendimento da demanda de consumo das unidades consumidoras de baixa tensão da Telefônica. Em 17 de junho de 2020 a Voltalia foi formalmente contratada pela Telefônica para operação de SGD. O Contrato entre Telefônica e Voltalia foi assinado em 27 de novembro de 2020 para o projeto Paranaíba. Em 07 de fevereiro de 2022 o mesmo contrato foi cedido em forma de Termo de Cessão da Voltalia para a Paranaíba transferindo todos os direitos e obrigações do contrato inicialmente celebrado com a contratante.

O contrato com a Telefônica tem o prazo de 20 anos e entrou em operação em abril/2023.

UFV	Potência em MWp	Autorização ANEEL Resolução	Local
Paranaíba	4,906	482/2012	Rua Projetada K, Cidade Paranaíba - MS

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (não auditado)**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo de R\$ 2.985 (R\$ 1.658 em 31 de dezembro de 2021), devido principalmente aos aportes efetuados como adiantamentos para futuro aumento de capital no exercício de 2022, que foram integralizados ao capital social em 2023. O entendimento da Administração da Companhia é que a partir da entrada de operação prevista para 2023 sua geração de caixa será suficiente para quitar suas obrigações de curto prazo. Adicionalmente, seus acionistas oferecem suporte financeiro para a Companhia, caso seja necessário.

Contratação financiamento BNDES

No dia 29 de Dezembro de 2022, fora assinado o contrato de financiamento nº 22.2.0362.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e Paranaíba, junto a outras SPEs que atendem o contrato com a Telefônica/Vivo, para implantação de 2 usinas fotovoltaicas, na modalidade de geração distribuída, localizadas no município de Paranaíba, Estado do Mato Grosso do Sul.

Para Paranaíba, o total de crédito disponível será de R\$ 21.174, dividido em 2 (dois) Subcréditos, nos seguintes valores:

- a) Subcrédito "B1": no valor de R\$ 10.587, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais;
- b) Subcrédito "B2": no valor de R\$ 10.587, a ser provido com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), no âmbito do Programa Fundo Clima.

1.2 Base de preparação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 02 de junho de 2023.

1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas.

1.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2. Estimativas críticas e riscos

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance.

2.1 Estimativas críticas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Depreciação e amortização do ativo fixo

A depreciação/ amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/ amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo.

Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

A companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

2.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros não derivativos:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco cambial
- Risco operacional

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles mitigatórios de riscos e para monitorar riscos e aderência aos limites estabelecidos, assegurando os objetivos estratégicos da Companhia. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente e de acordo com alterações significativas nos cenários econômicos do país, que possam vir a refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia, são avaliados os potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

2.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise de compliance e financeira de cada cliente, antes da formalização contratual, para assegurar que o cliente não possui flags relevantes de compliance e nem incapacidade de solvência. Ainda assim, a Companhia realiza acompanhamento permanente das posições em aberto com cada cliente, avaliando o aging dessas e possíveis estratégias de cobrança ou garantias contratuais.

Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista que, além da análise de compliance e financeira de seus clientes, a estratégia da Companhia é de firmar contratos com clientes estratégicos, maduros no mercado e com possíveis estratégias de cross-selling de serviços energéticos. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, na data da demonstração financeiras.

2.2.2 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia pode encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais de mercado, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação e a operação da Companhia.

Para mitigar este risco, a companhia efetua controles de fluxo de caixa semanalmente e mensalmente, a fim de avaliar possíveis impactos e definir estratégias para obtenção de liquidez suficiente e conta com investimentos de

capital de sua Matriz, em caso de necessidade.

2.2.3 Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições negativas de reputação da Companhia ao mercado, fato que poderia dificultar novos negócios e possíveis financiamentos e linhas de crédito.

Desta forma, a Companhia avalia todos os possíveis fatos que poderiam trazer problemas de reputação e define estratégias de resolução e comunicação destas ao mercado.

2.2.4 Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais os contas a pagar à fornecedores são denominados e as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia. A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$).

Para mitigar possíveis riscos cambiais, a Companhia define estratégias de proteção cambial (hedge), para suas obrigações de pagamentos em moedas internacionais.

2.2.5 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos à sua operação, decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais, regulatórias e de fenômenos da natureza, para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

Para administrar o risco operacional, a Companhia negocia seguros operacionais, proteções contratuais, realiza manutenções preventivas e detectivas e busca eficácia no controle de custos.

3. Principais práticas contábeis adotadas

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

3.2 Imobilizado

3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), e quando necessário custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e têm seu valor líquido registrado no resultado como outras receitas ou despesas.

3.2.2 Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

3.2.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A Companhia utiliza para fins de depreciação a vigência dos contratos de arrendamento dos bens como prazo limite, dessa forma a depreciação dos seus imobilizados se limita a 25 anos.

	Taxa depreciação em anos
Direito de uso	25
Máquinas e equipamentos	10
Instalação industrial	10
Benfeitorias em propriedades de terceiros	5

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

3.3 Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e impairment. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (não auditado)**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Itens do ativo intangível relacionados ao desenvolvimento interno dos projetos da Companhia são amortizados a partir da data em que estão prontos para operar e utilizam a vigência dos contratos de arrendamento dos bens como prazo limite de amortização de seus intangíveis.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de locação de terreno de 25 anos.

Os softwares adquiridos e não incorporados ao custo dos projetos da Companhia são amortizados em 5 anos.

3.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)**3.4.1 Ativo financeiros (incluindo recebíveis)**

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica a reversão da perda do valor, a diminuição na perda do valor é revertida e registrada no resultado.

3.4.2 Ativo não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não identificou indicadores relacionados a recuperabilidade de seus ativos não financeiros.

3.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a

tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

3.6 Reconhecimento de receita

3.6.1 Receitas operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais de cada contrato de venda. A transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no estabelecimento do cliente ou quando é retirado pelo cliente nas dependências da Companhia.

A Paranaiba iniciou o reconhecimento de receita em abril/2023.

3.6.2 Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente rendimento de aplicação financeira.

3.7 Tributação

3.7.1 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

3.7.2 Tributos sobre o lucro

Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (não auditado)**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, além do prejuízo fiscal acumulado.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão quem que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

3.8 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de partes relacionadas e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/ dividendos com partes relacionadas e passivo de arrendamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.9 Passivo de arrendamentos

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício a partir da entrada em operação da Companhia na linha competente à sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Administrativas" / "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro".

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (não auditado)**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos foram de 5,6% ao ano. As taxas foram determinadas a nível de grupo.

3.10 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/ IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais ou compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outro componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

A Companhia entende que não há impacto sobre esse tema.

Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- IFRS 17 (CPC 50) Contratos de Seguros
- Divulgação das Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2)
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/ IAS 8)

4. Principais informações financeiras

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (não auditado)**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

4.1 Ativos e passivos financeiros

Esta Nota provê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo:

- Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por categoria
- Informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro

4.1.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como ativos e passivos pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021 (não auditado)</u>
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	54	2.960
Contas a receber – Partes relacionadas	-	17
Outros ativos	35	-
Total ativos financeiros	<u>89</u>	<u>2.977</u>
Passivos financeiros		
Fornecedores	(1.170)	(2.481)
Contas a pagar - Partes relacionadas	(725)	(143)
Dividendos a pagar – Partes relacionadas	(27)	(27)
Passivo de arrendamentos	(2.012)	(1.929)
Total de passivos financeiros	<u>(3.934)</u>	<u>(4.580)</u>
Ativos (passivos) financeiros, líquidos	<u>(3.845)</u>	<u>(1.603)</u>

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos e risco.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco descritos na NE 2.2.

4.1.2 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

Descrição	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021 (não auditado)</u>
Caixa e bancos conta movimento	54	51

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (não auditado)**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Aplicações financeiras	-	2.909
Total de caixa e equivalentes de caixa	54	2.960

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos alta liquidez e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa atender compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados substancialmente em Certificados de Depósito Bancário ("CDB"), com liquidez imediata. O CDB é um título de renda fixa cuja rentabilidade e seu desempenho nos últimos 12 meses de 2021 foi de 99% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário e são mantidas junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Standard & Poor's.

4.1.3 Impostos a recuperar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021 (não auditado)</u>
Descrição		
Imposto de Renda – saldo negativo	70	13
Contribuição social – saldo negativo	15	-
Total de IR e CS	85	13
Pis e Cofins a compensar	1.576	608
Total de Pis e Cofins	1.576	608
Total de impostos a recuperar	1.661	621

Em 31 de dezembro de 2021 e 2022 a Companhia apresentou o saldo contábil de R\$280 e R\$1.286, respectivamente, referente a créditos de Pis e Cofins a compensar devido a compra equipamentos nacionais e importados para compor seu ativo imobilizado, cujo direito é garantido pela legislação tributária.

4.1.4 Fornecedores

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021 (não auditado)</u>
Descrição		
Fornecedores nacionais	102	2.189
Provisão de fornecedores	1.068	292
Total de fornecedores Circulante	1.170	2.481

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (não auditado)**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

4.1.5 Passivo de arrendamentos

Entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, a movimentação do passivo de arrendamentos está assim demonstrada:

Passivo de arrendamentos	31/12/2021 (não auditado)	Juros	Pagamentos	Remensuração	Transf CP / LP	31/12/2022
Passivo Circulante	41	107	-	-	(103)	45
Passivo Não Circulante	1.888	-	(148)	123	103	1.967
Total no Passivo	1.929	107	(148)	123	-	2.012
Passivo de arrendamentos	31/12/2020 (não auditado)	Juros	Pagamentos	Adições	Transf CP / LP	31/12/2021 (não auditado)
Passivo Circulante	-	-	(24)	-	65	41
Passivo Não Circulante	-	18	-	1.935	(65)	1.888
Total no Passivo	-	9	(15)	1.935	-	1.929

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2022 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

A composição da movimentação sumária do ativo já está mencionada na NE 4.2.1

4.2 Ativos e passivos não financeiros

4.2.1 Imobilizado

Composição dos saldos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021 (não auditado)</u>
Descrição		
Imobilizado - Usinas	30.325	19.112
Total do imobilizado	<u>30.325</u>	<u>19.112</u>

Abertura por grupo de imobilizado – Usinas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021 (não auditado)</u>
Descrição		
Edificações e benfeitorias	9.896	540
Máquinas e Equipamentos	14.082	5.961
Instalações	34	-
Direito de uso	1.964	1.922
Adiantamento a fornecedores - Imobilizado	4.349	10.689
Total do imobilizado	<u>30.325</u>	<u>19.112</u>

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (não auditado)**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Movimentações do imobilizado

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Instalações	Direito de uso	Adiantamento a fornecedores	Total
Em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)						
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-
Aquisições	540	5.961	-	1.935	10.689	19.125
Depreciação	-	-	-	(13)	-	(13)
Saldo contábil, líquido	540	5.961	-	1.922	10.689	19.112
Em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)						
Custo	540	5.961	-	1.935	10.689	19.125
Depreciação acumulada	-	-	-	(13)	-	(13)
Saldo contábil, líquido	540	5.961	-	1.922	10.689	19.112
Em 31 de dezembro de 2022						
Saldo inicial	540	5.961	-	1.922	10.689	19.112
Aquisições	9.356	2.815	34	123	-	12.328
Baixas (a)	-	(1.034)	-	-	-	(1.034)
Transferências	-	6.340	-	-	(6.340)	-
Depreciação	-	-	-	(81)	-	(81)
Saldo contábil, líquido	9.896	14.082	34	1.964	4.349	30.325
Em 31 de dezembro de 2022						
Custo	9.896	14.082	34	2.059	4.349	30.420
Depreciação acumulada	-	-	-	(95)	-	(95)
Saldo contábil, líquido	9.896	14.082	34	1.964	4.349	30.325

- a) As baixas ocorridas em Máquinas e Equipamentos no montante de R\$ 1.034, referem-se ao roubo de módulos fotovoltaicos ocorrido em 2022, o qual foi ressarcido em sua totalidade pela seguradora dentro do próprio exercício.

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

4.2.2 Intangível**Composição dos saldos**

Descrição	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Intangível - Usinas	788	821
Total do intangível	788	821

Abertura por grupo de intangível – Usinas

Descrição	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Software	37	-
Gastos desenvolvimento	751	821
Total do intangível	788	821

O valor registrado no Intangível corresponde aos gastos incorridos até a respectiva data-base, relacionados ao desenvolvimento do projeto da Companhia, na cidade de Paranaíba no Mato Grosso do Sul antes do início da construção do parque. Foram capitalizados juros e depreciação de arrendamento no exercício de 2022 no total de R\$ 188 (R\$ 31 em 2021).

Movimentações do intangível

	Software	Gastos desenvolvimento	Total
Em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)			
Saldo inicial	-	-	-
Aquisições	-	821	821
Saldo contábil, líquido	-	821	821
Em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)			
Custo	-	821	821
Saldo contábil, líquido	-	821	821
Em 31 de dezembro de 2022			
Saldo inicial	-	821	821
Aquisições	37	275	312
Baixa	-	(345)	(345)
Saldo contábil, líquido	37	751	788
Em 31 de dezembro de 2022			
Custo	37	751	788
Saldo contábil, líquido	37	751	788

4.2.3 Tributos a recolher

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(116)	149
Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal combinada (4%)	-	(51)
Base de cálculo	(116)	149
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício (corrente)	-	(36)
Alíquota efetiva	0%	24%

Tributos a recolher

Descrição	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
IRPJ a pagar	(3)	(3)
CSLL a pagar	-	(2)
Total de IR e CS a pagar	(3)	(5)
PIS/COFINS a pagar	(18)	(1)
ISS a pagar	(6)	-
INSS a pagar	(8)	-
ICMS a pagar	(76)	-
II a pagar	(4)	-
IPI a pagar	(2)	-
Total de outros tributos a pagar	(114)	(1)
Total de tributos a recolher	(117)	(6)

4.3 Patrimônio Líquido

4.3.1 Capital Social

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 18 de fevereiro de 2021, foi autorizado pela acionista o aumento do capital social da Companhia no montante total de R\$ 1.196.052,00 (um milhão, cento e noventa e seis mil e cinquenta e dois reais) com a emissão pela Companhia de 1.196.052 (um milhão, cento e noventa e seis mil e cinquenta e duas) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações"), ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por cada Nova Ação.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 18 de agosto de 2021, foi autorizado pela acionista o aumento do capital social da Companhia

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

correspondentes aos aportes realizados em 07/04/2021 no valor de 1.559.335,69 (um milhão, quinhentos e cinquenta e nove mil, trezentos e trinta e cinco reais e sessenta e nove centavos), em 21/05/2021 no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), e em 01/07/2021 no valor de R\$ 855.169,00 (oitocentos e cinquenta e cinco mil, cento e sessenta e nove reais), além da utilização de R\$ 0,64 da conta de saldo integralizar para fins de atingimento do valor de R\$1,00 para conversão em ação, tudo correspondendo a um aumento, portanto, no montante total de R\$ 2.914.505,00 (dois milhões, novecentos e quatorze mil e quinhentos e cinco reais), então com a emissão pela Companhia de 2.914.505 (dois milhões, novecentas e quatorze mil, quinhentas e cinco) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações"), ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por cada Nova Ação, nos termos do art. 170, §1, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 07 de outubro de 2021, foi autorizado pela acionista o aumento do capital social da Companhia de R\$ 12.186.366,00 (doze milhões cento e oitenta e nove mil trezentos e sessenta e seis reais), totalmente subscrito e integralizado, nesta data, mediante a emissão de 12.186.366 (doze milhões cento e oitenta e nove mil trezentas e sessenta e seis) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações").

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 11 de janeiro de 2022, foi autorizado pela acionista aumento do capital social da Companhia de R\$2.557.762,00 (dois milhões quinhentos e cinquenta e sete mil setecentos e sessenta e dois reais), resultante do aporte realizado em 01/12/2021, mediante a emissão de 2.557.762,00 (dois milhões quinhentos e cinquenta e sete mil setecentos e sessenta e dois) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações").

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 18 de março de 2022, foi autorizado pela acionista o aumento do capital social da Companhia de R\$ 4.115.000,00 (quatro milhões, cento e quinze mil reais), totalmente integralizado, nesta data, em moeda corrente nacional em razão da capitalização do aporte para futuro aumento de capital ("AFAC") realizado em 18/01/2022, mediante a emissão de 4.115.000 (quatro milhões cento e quinze mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações").

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 02 de dezembro de 2022, foi autorizado pela acionista o aumento do capital social da Companhia de R\$ 3.217.000,00 (três milhões, duzentos e dezessete mil reais) totalmente integralizado, nesta data, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 3.217.000 (três milhões, duzentas e dezessete mil) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações").

Ao longo novembro a dezembro de 2022 foram aportados o montante de R\$2.651 como aporte para futuro aumento de capital sem ato societário que ainda não foram integralizados.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social estava representado por 16.300.923 ações com valor nominal de R\$ 1 (um real), e em 31 de dezembro de 2022 o capital social está representado por 22.973.685 ações com valor nominal de R\$ 1 (um real), com a seguinte participação:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Capital</u>	<u>Total</u>
Helexia TLFN Holding S.A.	16.300.923	16.301	16.301

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Integralização de capital em 2022	9.889.762	9.890	9.890
Helexia SBH1 S.A.	26.190.685	26.191	26.191

Durante o exercício de 2022, a Companhia foi alienada à parte relacionada Helexia SBH1 S.A. na totalidade de suas ações.

4.3.2 Destinação dos lucros

Conforme estatuto as ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

4.3.3 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou a reserva legal no valor de R\$ 6.

Em 31 de dezembro de 2022, o prejuízo acumulado do exercício foi compensado com a reserva legal no valor de R\$ 6.

4.3.4 Reserva de Retenção de lucros

Ao final do exercício de 2021, a Administração da Companhia propôs a destinação do lucro líquido remanescente do exercício como Reserva de Retenção de Lucros no montante de R\$ 80.

Em 31 de dezembro de 2022, o prejuízo acumulado do exercício foi compensado com a reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 80.

4.4 Resultado do exercício

4.4.1 Despesas administrativas e gerais

Descrição	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Serviços de terceiros	(96)	(20)
Despesas com viagens	(10)	-
Frete	(20)	-
Impostos, taxas e contribuições	(22)	-
Despesas legais e judiciais	(94)	-
Despesas indedutíveis	(30)	-
Total de despesas administrativas e gerais	(272)	(20)

4.4.2 Resultado financeiro líquido

31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
------------	------------------------------

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Descrição

Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	210	179
Tributos s/ receitas financeiras	(9)	(8)
Total de receitas financeiras	201	171
Despesas financeiras		
IOF	-	(2)
Juros e multas pagos	(29)	-
Encargos sobre mútuos	(16)	-
Total de despesas financeiras	(45)	(2)
Resultado financeiro líquido	156	169

5. Outras Informações

5.1 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e suas partes relacionadas e controladora como segue.

	31/12/2022			31/12/2021 (não auditado)		
	Passivo - Contas a pagar	Passivo - Dividendos	Resultado - Encargos s/ Mútuo	Ativo - Contas a receber	Passivo - Contas a pagar	Passivo - Dividendos
Circulante						
Voltaia Energia Do Brasil Ltda ²	611	-	-	-	90	-
Helexia TLFN Holding S.A.	-	27		-	-	27
Sol SP Serra do Mar Spe S.A. ¹	-	-	(16)	-	-	-
Helexia Consultoria Ltda ³	114	-	-	17	53	-
Total Circulante	725	27	(16)	17	143	27
Total	725	27	(16)	17	143	27

¹O contrato de mútuo firmado em 18 de agosto de 2022 entre a Companhia e a SOL SP Serra do Mar SPE S.A. ("mutuante"), onde a mutuante concedeu o montante de R\$600, com prazo de vigência até 20 de novembro de 2022, sob a taxa de juros aplicada de 15% a.a., foi totalmente liquidado dentro do exercício de 2022. Adicionalmente, foi firmado no dia 20 de setembro de 2022, contrato de mútuo entre a Companhia e a SOL SP TIETE SPE S.A. ("mutuante"), no montante de R\$100, com prazo de vigência até 20 de novembro de 2022, sob taxa de juros aplicada de 15% a.a., foi totalmente liquidado dentro do exercício de 2022.

²O contrato de compartilhamento de custos administrativos firmado em 01 de junho de 2021 entre a Companhia e Voltalia Energia do Brasil LTDA, referente aos custos de mão-de-obra para desenvolvimento, licenciamento ambiental, fundiário, engenharia, operação e manutenção, regulatório, gestão de ativos e project finance, referentes ao suporte para desenvolvimento dos negócios do Grupo Helexia, o qual à época não possuía estrutura suficiente para abarcar todos expertises necessários, com valor total de R\$ 10.000 e vigência até 31 de Dezembro de 2023. Importante destacar que, em Julho de 2022, os colaboradores Helexia que eram registrados na folha de pagamento da Voltalia, foram integralmente transferidos para a estrutura do Grupo Helexia, na empresa Helexia Consultoria LTDA.

³O contrato de compartilhamento de custos administrativos firmado em 28 de junho de 2021 entre a Companhia e Helexia Consultoria LTDA, referente aos custos de mão-de-obra e custos gerais e administrativos referentes aos colaboradores Helexia que suportam o desenvolvimento dos negócios do Grupo Helexia, com valor total e vigência indeterminados. O valor positivo em aberto em 2022 com a Helexia Consultoria, trata-se de adiantamento para cobrir gastos correntes do referido contrato de compartilhamento de custos.

6. Eventos subsequentes

6.1 Integralização de AFAC

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 03 de fevereiro de 2023, foi autorizado pela acionista o aumento do capital social da Companhia em R\$ 2.651.000,00 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e um mil reais) totalmente integralizado, nesta data, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 2.651.000 (duas milhões, seiscentas e cinquenta e uma mil) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações").

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 10 de março de 2023, foi autorizado pela acionista o aumento do capital social da Companhia de R\$ 2.450.000,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais) totalmente integralizado, nesta data, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 2.450.000 (duas milhões, quatrocentas e cinquenta mil) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações").